



**Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas**  
**Estado de Minas Gerais**

Administração 2017/2020

Gabinete do Prefeito Municipal - GPM

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO**

**PÚBLICO Nº 004/2020**

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2020 – SMS, COM VISTAS À FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO, A SER EXECUTADA, POR MEIO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, FUNDAÇÃO CORONEL JOÃO DE ALMEIDA/ HOSPITAL TÁCITO DE FREITAS COSTA DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS.**

O MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.212.862/0001-46, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada por sua Secretária Municipal SHEILA JULIANE GOMES, com fundamento nos artigos artigos 1º, 2º e 7º, da Lei nº 9.637/1998 e inciso II, do art. 31, combinado com o art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, na legislação correlata e demais normas que regem a matéria, torna público o presente PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO com vistas à formalização de convênio, por meio da celebração de Contrato de Gestão entre o Município de Rio Pardo de Minas, através da Secretaria Municipal de Saúde e a Organização Social, FUNDAÇÃO CORONEL JOÃO DE ALMEIDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.926.479/0001-21, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 493, de 10 de novembro de 1969, com sede na Praça Antonino Neves, nº 324, Cidade Alta, Rio Pardo de Minas, Minas Gerais, conforme finalidade e justificativas descritas neste, cujo inteiro teor poderá ser consultado no site [www.riopardo.mg.gov.br](http://www.riopardo.mg.gov.br).

**I - DO OBJETO**

Trata-se de procedimento que tem por escopo a justificativa de inexigibilidade de chamamento público, com vistas à celebração de Contrato de Gestão, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a contratação de ações e serviços de saúde que contempla a atenção hospitalar e/ou ambulatorial no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (SUS/MG) a serem prestados pela CONTRATADA, visando a garantia da atenção integral à saúde dos usuários, conforme DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG nº 3.236, de 16 de outubro de 2020.



**Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas**  
**Estado de Minas Gerais**

Administração 2017/2020

Gabinete do Prefeito Municipal - GPM

## **II - DA CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA E DA JUSTIFICATIVA**

Contrato de gestão é uma modalidade de contrato administrativo em que o poder público e uma organização social celebram parceria com metas e prazos para execução. As organizações sociais são particulares, sem fins lucrativos, criadas pela Lei nº 9.637/1998, para prestação de serviços públicos não exclusivos de Estado, tais como ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e **saúde**.

O artigo 1º da Lei nº 9.637/98, dispõe acerca dos serviços a serem executados pelas organizações sociais, definindo um rol de atividades que é de livre prestação pela iniciativa privada, como é o caso da educação e da saúde.

Não obstante não seja delegatárias de serviços públicos e atuem em nome próprio sob o regime de direito privado, pelo fato de executarem atividades de interesse social, sem escopo de lucro, estas organizações recebem auxílio do ente estatal de diversas formas e, conseqüentemente, se sujeitam a algumas restrições impostas à fazenda pública.

O vínculo com o Poder Público é efetivado mediante a celebração do **contrato de gestão**. Por meio deste contrato, a entidade se qualifica como organização social e poderá gozar de todos os privilégios referentes a esta qualificação como a dotação orçamentária, cessão de bens públicos e cessão de servidores públicos.

A lei estabelece alguns requisitos para que esta entidade privada sem fins lucrativos possa se qualificar como organização social, mediante a celebração do contrato de gestão. Assim, é pressuposto básico para que as entidades privadas habilitem-se à qualificação como Organização Social, a aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação.

Ademais, é indispensável a comprovação do registro de seu ato constitutivo, sendo que o registro deve dispor sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação, dentro daquelas atividades definidas em lei;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, não podendo haver distribuição de lucro entre seus dirigentes;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controles básicos, previstos na legislação;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público, bem como de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;



**Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas**  
**Estado de Minas Gerais**

Administração 2017/2020

Gabinete do Prefeito Municipal - GPM

- e) composição da diretoria e atribuições dos seus membros;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a forma e critério de aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade, sob pena de se caracterizar divisão de lucro;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

Desde que sejam cumpridos todos os requisitos legais, a entidade privada poderá celebrar o contrato de gestão com o poder público e, em virtude deste vínculo, receber a qualificação de organização social. Ressalte-se que o contrato de gestão não é instrumento de delegação, não se confundindo com os contratos de concessão ou permissão de serviços públicos.

A contratação de uma Organização Social se justifica em razão da DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG nº 3.236, de 16 de outubro de 2020, onde aprovou a Declaração de Comando Único do município de Rio Pardo de Minas, que assumirá a gestão de seus prestadores, relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação e pagamento dos prestadores utilizando os recursos financeiros de média e alta complexidade (MAC) a partir de novembro de 2020.

Diante disso, é notório a viabilidade jurídica e a vantajosidade administrativa das parcerias no setor de saúde. Isso porque, sinteticamente, à luz da experiência e das ciências sociais aplicadas, de que a celebração de parcerias no setor de saúde pode trazer aumento da transparência na gestão dos serviços de saúde, o que permite a comparação entre os prestadores e, como consequência, aumento da eficiência e diminuição de custos.

Além de estimular a descentralização da gestão e dar mais responsabilidade aos gestores e equipes locais, um contrato de gestão nos serviços de saúde também tem como finalidade controlar os desempenhos quantitativo e qualitativo dos prestadores. Para isso, é necessário o uso de ferramentas e tecnologias de informação a fim de promover o envolvimento de toda a equipe na busca de resultados e estimular a cultura de negociação.



**Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas**  
**Estado de Minas Gerais**

Administração 2017/2020

Gabinete do Prefeito Municipal - GPM

**III - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Os recursos destinados ao cofinanciamento do objeto do referido convênio ocorrerão por meio da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Dotação orçamentária: 10.302.0015.2059 - Subvenções a Entidades de Atendimento a Saúde

Natureza: 33.50.43.00                      Fonte: 102                      Ficha: 459

Natureza: 33.50.43.00                      Fonte: 155                      Ficha: 460

Natureza: 33.50.43.00                      Fonte: 159                      Ficha: 1307

Os recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Contrato de Gestão é de R\$ 95.680,59 (noventa e cinco mil seiscientos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos) mensal consolidado e o valor total anual de R\$ 1.148.167,08 (um milhão cento e quarenta e oito mil cento e sessenta e sete reais e oito centavos).

**IV - DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, verificamos que é justificável a INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO para a formalização do Contrato de Gestão entre a Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas e a Fundação Coronel João de Almeida, devido a obrigação através de um conjunto integrado de ações, bem como da DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG nº 3.236, de 16 de outubro de 2020, conforme preconiza os artigos 1º, 2º e 7º, da Lei nº 9.637/1998 e inciso II, do art. 31, combinado com o art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Em atendimento ao § 2º, do art. 32, da Lei Federal nº. 13.019/2014, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, para eventual impugnação.

Rio Pardo de Minas – MG, 23 de outubro de 2020.

Marcus Vinícius de Almeida Ramos  
Prefeito Municipal

Sheila Juliane Gomes  
Secretária Municipal de Saúde